

Baseado no formato de prova aplicado pela banca Cebraspe

CONCURSO PÚBLICO
2º SIMULADO

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

SIMULADO PREPARATÓRIO
PARA CONCURSO PÚBLICO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de prova (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de prova reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes à prova preambular. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização da prova, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar a prova, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final da prova, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

GRAN

VOCÊ É IMPARÁVEL

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2502281261M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Polícia Militar do Distrito Federal

PM/DF

CARGO:

Curso de Formação de Oficiais

CFO

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-edital

DATA DE APLICAÇÃO:

3/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

3/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

PMDF – 2º SIMULADO – CFO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Andréa Cerqueira

Leia o texto a seguir e responda às questões.

Crimes Militares em Tempo de Paz: Uma Análise Legal Abrangente

Os **crimes militares** em tempo de paz são infrações penais específicas cometidas por membros das **Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)** e das forças auxiliares (**Polícia Militar e Corpo de Bombeiros**), que violam os deveres militares e a ordem disciplinar. Esses crimes são regulados pelo **Código Penal Militar (CPM)**, que estabelece as condutas consideradas ilícitas no contexto militar, diferenciando-se do **Código Penal comum** por atender às particularidades da vida militar, onde a hierarquia e a disciplina são fundamentais.

• O Código Penal Militar

O **Código Penal Militar (CPM)** é um conjunto de normas jurídicas que define os crimes militares e estabelece as penas aplicáveis. Promulgado pelo **Decreto-Lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969**, o CPM é um instrumento essencial para a manutenção da ordem e da disciplina nas Forças Armadas e nas forças auxiliares. Ele se aplica tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, mas com algumas diferenças em relação às condutas e às punições previstas para cada situação.

O CPM é dividido em duas partes: a **Parte Geral** e a **Parte Especial**. A Parte Geral trata dos princípios gerais do direito penal militar, como os conceitos de crime, pena, concurso de pessoas, entre outros. Já a Parte Especial descreve os tipos penais específicos, ou seja, as condutas consideradas crimes militares.

• Características dos Crimes Militares em Tempo de Paz

Os **crimes militares** em tempo de paz são aqueles cometidos em situações onde o país não está em estado de guerra ou conflito armado. Esses crimes são fundamentais para garantir a disciplina, a hierarquia e a operacionalidade das forças armadas e auxiliares em sua rotina de treinamento, operações e demais atividades.

Disponível em: <https://www.criminalistabh.com.br/crimes-militares-tempo-de-paz-analise-legal/> Último acesso 20 fev 2025 (Adaptado)

■ Questão 1

No contexto do texto, a principal função do Código Penal Militar (CPM) em tempos de paz é

- Ⓐ regular as atividades das Forças Armadas exclusivamente em tempos de guerra.
- Ⓑ definir crimes comuns aplicáveis a toda a população brasileira.
- Ⓒ estabelecer normas para manter a ordem e a disciplina nas Forças Armadas e forças auxiliares.
- Ⓓ substituir o Código Penal comum em casos de crimes civis.
- Ⓔ aplicar-se apenas às forças auxiliares, como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

■ Questão 2

De acordo com o texto, as duas partes que compõem o Código Penal Militar (CPM) e suas respectivas funções são

- Ⓐ parte teórica e parte prática; a primeira aborda conceitos e a segunda, aplicações.
- Ⓑ parte geral e parte especial; a primeira trata dos princípios gerais e a segunda, dos tipos penais específicos.
- Ⓒ parte administrativa e parte operacional; a primeira lida com gestão e a segunda, com ações em campo.
- Ⓓ parte penal e parte civil; a primeira aborda crimes militares e a segunda, crimes civis.
- Ⓔ parte interna e parte externa; a primeira refere-se às normas internas e a segunda, às relações com civis.

■ Questão 3

Considerando as informações apresentadas no texto sobre o Código Penal Militar (CPM), analise as afirmações abaixo:

- I – O Código Penal Militar distingue crimes militares cometidos em tempos de paz e de guerra, estabelecendo diferenças nas condutas e punições aplicáveis em cada contexto.
- II – Os crimes militares em tempo de paz são definidos com base em princípios específicos do direito penal comum, pois a disciplina militar segue normas civis de hierarquia e ordem.
- III – A aplicação do Código Penal Militar se estende tanto às Forças Armadas quanto às forças auxiliares, regulando condutas que violem os deveres militares e a ordem disciplinar.
- IV – O CPM, por ser uma legislação especial, tem caráter subsidiário ao Código Penal comum, sendo aplicado apenas quando a infração não estiver prevista na legislação penal ordinária.

Com base na análise das afirmações, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- Ⓑ Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- Ⓒ Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- Ⓓ Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- Ⓔ Todas as afirmativas estão corretas.

■ Questão 4

Trecho do texto para análise.

O Código Penal Militar (CPM) é um conjunto de normas jurídicas que define os crimes militares e estabelece as penas aplicáveis. Promulgado pelo Decreto-Lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969, o CPM é um instrumento essencial para a manutenção da ordem e da disciplina nas Forças Armadas e nas forças auxiliares. Ele se aplica tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, mas com algumas diferenças em relação às condutas e às punições previstas para cada situação.

Considerando os mecanismos de coesão textual presentes nesse trecho, analise as seguintes afirmações:

- I – O pronome “Ele” exerce a função de referência anafórica, retomando o termo “CPM”, garantindo a continuidade do texto sem necessidade de repetição.
- II – A expressão “mas” introduz um elemento de oposição entre as circunstâncias de aplicação do CPM em tempos de paz e de guerra.
- III – O uso da palavra “e” na construção “nas Forças Armadas e nas forças auxiliares” indica uma relação de alternância entre os dois termos, sugerindo que o CPM pode se aplicar a um grupo ou a outro, mas não a ambos simultaneamente.
- IV – O termo “para cada situação” estabelece uma relação de sequenciação, indicando que o CPM prevê normas específicas para diferentes contextos.

Com base na análise das afirmativas, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- Ⓑ Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- Ⓒ Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- Ⓓ Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- Ⓔ Todas as afirmativas estão corretas.

■ Questão 5

O termo “que” pode desempenhar diferentes funções no texto, variando entre pronome relativo, conjunção integrante, conjunção subordinativa e conjunção coordenativa. Com base no seu uso em diferentes passagens do texto, analise as alternativas e assinale a correta.

- Ⓐ Em “O Código Penal Militar (CPM) é um conjunto de normas jurídicas **que** define os crimes militares e estabelece as penas aplicáveis.”, o vocábulo em destaque é um pronome relativo, pois retoma “conjunto de normas jurídicas”, sendo o núcleo “conjunto”, e introduz uma oração subordinada adjetiva.
- Ⓑ Em “O Código Penal Militar (CPM) é um conjunto de normas jurídicas **que** define os crimes militares e estabelece as penas aplicáveis.”, o termo sublinhado poderia ser substituído por “**as quais**” sem prejuízo do significado e da correção gramatical.
- Ⓒ No trecho “O CPM é um instrumento essencial para a manutenção da ordem e da disciplina nas Forças Armadas e nas forças auxiliares. Ele **se** aplica tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, mas com algumas diferenças em relação às condutas e às punições previstas para cada situação.”, o pronome se, destacado, tem característica reflexiva.
- Ⓓ No trecho “Ele se aplica **tanto** em tempos de paz **quanto** em tempos de guerra, mas com algumas diferenças em relação às condutas e às punições previstas para cada situação.”, a substituição dos conectivos comparativos na frase, por “**mais... do que...**” manteria a correção gramatical e o sentido original.
- Ⓔ No trecho “O Código Penal Militar (CPM) é um conjunto de normas jurídicas **que** define os crimes militares e estabelece as penas aplicáveis.”, o **que** introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta, exercendo a função de conjunção integrante.

■ Questão 6

A respeito da pontuação nos trechos apontados nas alternativas, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O trecho poderia ser pontuado como “O Código Penal Militar (CPM), é um conjunto de normas jurídicas, que define os crimes militares e estabelece as penas aplicáveis.” sem prejuízo à norma culta, pois o uso das vírgulas é facultativo nesse caso.
- Ⓑ No período “O Código Penal Militar (CPM) é um conjunto de normas jurídicas que define os crimes militares e estabelece as penas aplicáveis.”, a ausência de vírgula antes do “que” se justifica porque a oração subordinada adjetiva é restritiva, delimitando o sentido de “normas jurídicas”.
- Ⓒ O uso da vírgula antes da conjunção “e” em “O Código Penal Militar (CPM), é um conjunto de normas jurídicas, que define os crimes militares e estabelece as penas aplicáveis.” é obrigatório para marcar a separação entre as orações coordenadas.

- ① No trecho “Ele se aplica tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, mas com algumas diferenças em relação às condutas e às punições previstas para cada situação.”, a vírgula antes de “mas” é facultativa e sua ausência não alteraria o sentido original do texto.
- ⑤ O uso da pontuação no trecho “O Código Penal Militar (CPM) é um conjunto de normas jurídicas que define os crimes militares e estabelece as penas aplicáveis.” viola as normas da gramática, pois exige ponto e vírgula antes do “que”, já que este introduz uma oração subordinada adjetiva.

■ Questão 7

A respeito da pontuação nos períodos sintáticos abaixo, assinale a alternativa correta.

- ④ Na construção “Os crimes militares em tempo de paz são infrações penais específicas cometidas por membros das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e das forças auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), que violam os deveres militares e a ordem disciplinar.”, a vírgula antes de “que violam os deveres militares e a ordem disciplinar” é obrigatória, pois introduz uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- ⑤ O uso de vírgula após “(Exército, Marinha e Aeronáutica)”, em “Os crimes militares em tempo de paz são infrações penais específicas cometidas por membros das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e das forças auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), que violam os deveres militares e a ordem disciplinar.”, não compromete a clareza do texto, pois o trecho seguinte não pode ser lido como uma continuação direta sem uma separação adequada.
- ⑥ No trecho “Promulgado pelo Decreto-Lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969, o CPM é um instrumento essencial para a manutenção da ordem e da disciplina nas Forças Armadas e nas forças auxiliares.”, a vírgula após “1969” é facultativa e sua ausência não alteraria a correção gramatical do período.
- ⑦ Ainda em “Os crimes militares em tempo de paz são infrações penais específicas cometidas por membros das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e das forças auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), que violam os deveres militares e a ordem disciplinar.”, uso das vírgulas no trecho “(Exército, Marinha e Aeronáutica)” justifica-se porque enumera elementos de mesma função sintática, respeitando a norma padrão.
- ⑧ No período “O Código Penal Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969 é um conjunto de normas jurídicas.”, a vírgula poderia ser retirada porque a oração reduzida de participação não exige isolamento por vírgulas.

■ Questão 8

Considere o seguinte trecho do texto:

“O Código Penal Militar, ao regular os crimes militares, assegura a disciplina e a hierarquia, essenciais para o funcionamento das forças armadas e auxiliares.”

Com base no trecho acima, assinale a alternativa correta a respeito do uso do verbo.

- ① O verbo “assegura” está no presente do indicativo e tem a função de indicar uma ação que ocorre no momento da fala, expressando uma certeza sobre o papel do Código Penal Militar.
- ② O verbo “assegura” no pretérito imperfeito seria **assegurou** e indicaria uma ação habitual, sem início ou fim determinado, no passado, que não possui uma relação direta com o contexto atual.
- ③ O verbo “assegura” está no futuro do subjuntivo seria assegurará, denotando uma condição que depende de um evento futuro para se concretizar.
- ④ O verbo “assegura” está no presente do indicativo, mas expressa uma ação futura que ocorrerá como consequência de uma ação passada.
- ⑤ O verbo “assegura” pretérito-mais-que-perfeito seria assegurava, o que indica que a ação já foi concluída e não tem mais efeitos no presente.

■ Questão 9

Considere o seguinte trecho do texto:

“O Código Penal Militar, ao ser aplicado, impõe a necessidade de disciplina e respeito às normas e à hierarquia, que são fundamentais para o funcionamento das forças armadas.”

Com base no trecho acima, assinale a alternativa correta a respeito do uso da crase.

- ① A crase foi usada corretamente em “à hierarquia”, pois a preposição “a” é exigida pelo verbo “impõe” e a palavra “hierarquia” é feminina.
- ② A crase poderia ser retirada diante da palavra hierarquia, sem comprometimento das regras gramaticais.
- ③ A crase não é necessária em “à hierarquia”, pois a preposição “a” não é exigida pelo verbo “impõe”, que não requer essa regência.
- ④ A crase foi usada corretamente, mas a preposição “a” não está ligada ao verbo “impõe”, e sim à palavra “necessidade”.
- ⑤ A crase deve ser usada tanto em “às normas” e “à hierarquia”, pois ambos são complementos nominais de “respeito” cuja regência nominal exige a preposição **a**.

Questão 10

Considere o seguinte trecho do texto:

Os membros das forças armadas, com as novas orientações do Código Penal Militar, estão cada vez mais comprometidos com a manutenção da ordem e da disciplina, o que exigem uma constante adaptação das práticas internas.

Com base no trecho acima, assinale a alternativa correta a respeito das regras de concordância verbal e nominal.

- Ⓐ A concordância verbal está incorreta, pois o verbo “exigem” deveria estar no singular, concordando com o sujeito “o” (pronome demonstrativo = aquilo - aquilo que exige).
- Ⓑ A concordância verbal e nominal está correta, pois o verbo “estão” concorda com o sujeito composto “as novas orientações do Código Penal Militar”, e o verbo “exigem” concorda corretamente com o sujeito composto “os membros das forças armadas”.
- Ⓒ A concordância verbal está incorreta, pois o verbo “exigem” deveria concordar com o sujeito composto “a manutenção da ordem e da disciplina”, e o adjetivo “comprometidos” deveria ser usado no singular, concordando com “os membros”.
- Ⓓ A concordância verbal e nominal está correta, pois o verbo “estão” concorda com o sujeito composto “os membros das forças armadas”, e o verbo “exigem” concorda corretamente com o sujeito composto “as novas orientações do Código Penal Militar”, e o adjetivo “comprometidos” concorda com “os membros”.
- Ⓔ A concordância verbal está incorreta, pois o verbo “exigem” deveria concordar com “os membros”, que está no plural, mas concordância nominal está correta, pois o adjetivo “comprometidos” deveria ser usado no singular, pois é um predicado que qualifica o sujeito “os membros”.

Legislação – Tópicos 1, 2, 3, 4, 5 e 7

Paulo Sérgio

Questão 11

Segundo a Lei n. 14.751/2023 – Lei Orgânica Nacional das PM/BM, são princípios básicos a serem observados pelas polícias militares e pelos corpos de bombeiros militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios, além de outros previstos na legislação e em regulamentos, no âmbito de suas atribuições constitucionais e legais:

- Ⅰ – hierarquia e disciplina;
- Ⅱ – proteção, promoção e respeito aos direitos humanos, exceto os decorrentes de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil;
- Ⅲ – ilegalidade; pessoalidade; publicidade, com transparência e prestação de contas;

Ⅳ – moralidade; ineficiência; efetividade;

Ⅴ – razoabilidade e proporcionalidade;

Ⅵ – universalidade na prestação do serviço, participação e interação comunitária.

Estão errados:

- Ⓐ apenas os itens I, V e VI.
- Ⓑ apenas os itens II, III e IV.
- Ⓒ Apenas os itens I, II e III.
- Ⓓ todos os itens.
- Ⓔ nenhum dos itens.

Questão 12

Segundo a Lei n. 12.086/2009, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Interstício é o tempo máximo que cada policial militar deverá cumprir no posto ou graduação.
- Ⓑ Cumpridas as demais exigências estabelecidas para a promoção, o interstício poderá ser reduzido em até 75% (setenta e cinco por cento), sempre que houver vagas não preenchidas por esta condição.
- Ⓒ A redução de interstício será efetivada mediante ato do governador do Distrito Federal, por proposta do Comandante-Geral, para as promoções de Oficiais e do Comandante-Geral, por proposta do titular do órgão de gestão de pessoal, para as promoções de Praças.
- Ⓓ No âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, as promoções ocorrem pelos critérios de antiguidade; merecimento e ato de bravura, sendo defeso promoção post mortem.
- Ⓔ Promoção por merecimento é aquela que se baseia na precedência hierárquica de um policial militar sobre os demais de igual grau hierárquico, dentro do mesmo Quadro, Especialidade, Qualificação ou Grupamento.

Questão 13

Segundo a Lei n. 7.289/1984 (Estatuto dos Policiais Militares do DF), “*Os deveres policiais-militares emanam de vínculos racionais e morais que ligam o policial-militar à comunidade do Distrito Federal e à sua segurança, compreendendo, essencialmente*”. Com base na afirmação acima, são considerados deveres policiais militares

- Ⓐ o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial-militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria, até com o sacrifício da própria vida.
- Ⓑ o civismo e o culto das tradições históricas.
- Ⓒ a fé na missão elevada da Polícia Militar.
- Ⓓ a dedicação na defesa da sociedade.
- Ⓔ o culto aos Símbolos Nacionais.

Questão 14

Com base na Lei n. 6.450/1977 – Lei de Organização Básica da PMDF e no Decreto Federal n. 10.443/2020, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Aos órgãos de execução compete atender às necessidades de pessoal e de material da PMDF, em cumprimento às diretrizes e ordens do Comando-Geral.
- Ⓑ Aos órgãos de apoio, constituídos pelas unidades operacionais da PMDF, compete a execução do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, em cumprimento às diretrizes e ordens do Comando-Geral.
- Ⓒ O Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal será assistido pelo Alto-Comando, órgão colegiado consultivo e de assessoramento permanente.
- Ⓓ Compete ao Comandante Geral da Corporação presidir a Comissão de Promoção de Praças.
- Ⓔ O Estado-Maior é órgão de assessoramento direto ao Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, responsável pelo planejamento estratégico e centro do sistema de planejamento, programação e orçamento.

Legislação – Tópico 6**Marco Soares****Questão 15**

De acordo com o Título II da LODF que trata da Organização do Distrito Federal, julgue as alternativas abaixo assinalando aquela que estiver incorreta.

- Ⓐ Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, é a sede do governo do Distrito Federal.
- Ⓑ São símbolos do Distrito Federal a bandeira, o hino e o brasão.
- Ⓒ Um decreto pode estabelecer outros símbolos e dispor sobre seu uso no território do Distrito Federal.
- Ⓓ O território do Distrito Federal compreende o espaço físico-geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição.
- Ⓔ O Distrito Federal, na execução de seu programa de desenvolvimento econômico-social, buscará a integração com a região do entorno do Distrito Federal.

Distrito Federal e Política para Mulheres – Tópico 1
Rebecca Guimarães**Questão 16**

Relativo à realidade histórica, política, econômica e geográfica do DF, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A construção de Brasília contou com a forte oposição da UDN. Os udenistas aproveitaram-se da situação para atacar o governo de Juscelino, e os excessivos gastos com a construção da nova capital foram duramente criticados.
- Ⓑ Por ser marco da arquitetura moderna e do urbanismo, Brasília foi inscrita, na segunda metade da década de 1990, na Lista de Bens do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, tornando-se a segunda maior área tombada do mundo.
- Ⓒ Segundo o último censo demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasília possui o terceiro maior rendimento domiciliar per capita do Brasil.
- Ⓓ A composição histórica e social do Distrito Federal caracteriza-se por um número expressivo de migrantes e, etnicamente, a população que mora na unidade da federação é majoritariamente branca, segundo dados oficiais.
- Ⓔ Água Fria é um município goiano situado ao Norte do Distrito Federal, limítrofe a Santo Antônio do Descoberto e Formosa, além de fazer parte do espaço urbano do Entorno e da RIDE, assim como da área metropolitana de Brasília.

Questão 17

A respeito das características da RIDE DF, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Brasília, considerada a principal cidade da RIDE, tornou-se a quarta maior cidade do país e apresenta um crescimento demográfico desde a sua fundação até os dias atuais.
- Ⓑ A maior parte da população do Distrito Federal é natural de outros estados.
- Ⓒ A RIDE-DF também pode ser considerada uma região metropolitana em razão dos critérios de diversificação de funções que ela possui e pela acumulação de capital.
- Ⓓ Incluída no Plano de Metas de Juscelino Kubistchek (JK), a construção de Brasília, realizada em tempo recorde e inaugurada em 1960, foi justificada, entre outras razões, como estímulo à interiorização do desenvolvimento nacional.
- Ⓔ A ideia de transferência da Capital do Brasil para área litorânea do interior do País é relativamente recente, só vindo à tona a partir dos anos 1910-1920 (República Velha).

Questão 18

O Palácio do Buriti, inaugurado em 1969, tem seu nome derivado da planta símbolo de Brasília. À frente do palácio ainda existe uma réplica da Loba Romana. A obra foi oferecida a Brasília pela cidade de Roma, como um presente à sua inauguração em 21 de abril, mesma data de aniversário da capital italiana.

O nome do arquiteto que projetou o palácio é:

- A Oscar Niemeyer.
- B Nauro Jorge Esteves.
- C João Filgueiras Lima.
- D Lúcio Costa.
- E Paulo Mendes da Rocha

Questão 19

De acordo com os seus conhecimentos sobre o DF, assinale a alternativa correta.

- A O plano de transferir a capital do Brasil para o interior do país constava na Constituição Republicana de 1824.
- B O DF é dividido atualmente em 35 Regiões Administrativas que têm status de município.
- C A urbanização do DF foi limitada e condicionada pelo planejamento urbano que criou mecanismos de controle de uso e ocupação do solo para limitar o crescimento demográfico e a expansão de áreas urbanas.
- D O Plano Piloto de Brasília é um bem inscrito na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO como o maior conjunto urbanístico de arquitetura moderna do mundo.
- E Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos estados e aos municípios. Atualmente, o DF possui 8 deputados federais e 4 senadores.

Distrito Federal e Política para Mulheres – Tópico 2
Jacqueline Galuban**Questão 20**

O enfrentamento da violência contra as mulheres exige um conjunto de ações coordenadas que envolvam diversas áreas, como segurança pública, justiça, saúde, assistência social, educação e trabalho. No Distrito Federal, a violência de gênero ainda apresenta índices alarmantes, sendo uma mulher agredida a cada 34 minutos, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública.

Diante desse cenário e com base no Eixo 4 – Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres do II Plano Distrital de Políticas para Mulheres (II PDPM), assinale a alternativa correta.

- A O II PDPM estabelece como meta a priorização do atendimento de mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no trabalho e capacitação profissional, promovendo sua autonomia e proteção.
- B A ampliação das Casas da Mulher Brasileira é um objetivo específico do II PDPM, pois trata de diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas ao atendimento de mulheres em situação de violência.
- C O plano prevê ações afirmativas exclusivamente voltadas às mulheres vítimas de violência doméstica, não abrangendo medidas de enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres.
- D A implementação de cursos de formação na área de questões de gênero e violência contra as mulheres é um objetivo geral do plano, pois não possui um caráter mensurável nem ações concretas para sua execução.
- E O II PDPM não prevê medidas voltadas à reeducação e responsabilização dos autores de violência doméstica, pois o foco das ações deve estar exclusivamente na proteção das vítimas.

Direitos Humanos

Alice Rocha

Questão 21

Em relação à teoria geral e aos fundamentos dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Os direitos humanos são prerrogativas exclusivas dos cidadãos de determinado Estado, condicionadas ao cumprimento dos deveres estabelecidos na legislação nacional.
- Ⓑ A universalidade dos direitos humanos significa que estes são reconhecidos apenas aos povos que compartilham valores culturais ocidentais, respeitando-se as particularidades regionais.
- Ⓒ A característica da historicidade dos direitos humanos demonstra que estes são construções históricas resultantes de lutas sociais, não sendo, portanto, direitos naturais inerentes à condição humana.
- Ⓓ Os direitos humanos são divisíveis e hierarquizados, prevalecendo os direitos civis e políticos sobre os direitos econômicos, sociais e culturais em caso de conflito.
- Ⓔ A indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos significa que todos os direitos humanos têm a mesma importância, devendo ser respeitados igualmente, pois a violação de um direito afeta a realização dos demais.

Questão 22

Sobre a afirmação histórica dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 representa um marco na internacionalização dos direitos humanos, reconhecendo tanto direitos civis e políticos quanto direitos econômicos, sociais e culturais.
- Ⓑ O Bill of Rights inglês de 1689 estabeleceu direitos universais como o devido processo legal e a proibição de penas cruéis, mas sua aplicação estava limitada aos homens livres da Inglaterra.
- Ⓒ A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 proclamou exclusivamente direitos individuais de primeira geração, não reconhecendo direitos sociais ou coletivos.
- Ⓓ A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi o primeiro documento internacional a reconhecer direitos humanos, não havendo proteção internacional anterior à sua proclamação.
- Ⓔ A Magna Carta de 1215 representa o primeiro documento internacional de proteção universal dos direitos humanos, estabelecendo garantias que se aplicavam a todos os seres humanos.

Questão 23

Sobre a incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- Ⓐ Todos os tratados internacionais de direitos humanos têm status de norma constitucional no Brasil, independentemente do procedimento de aprovação.
- Ⓑ Os tratados de direitos humanos aprovados antes da EC n. 45/2004 têm status de lei ordinária, conforme jurisprudência do STF.
- Ⓒ Os tratados de direitos humanos têm status supralegal quando aprovados pelo rito comum e de emenda constitucional quando aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º da CF/1988.
- Ⓓ Os tratados internacionais de direitos humanos têm status de lei complementar, situando-se entre as leis ordinárias e a Constituição Federal.
- Ⓔ Todos os tratados internacionais, inclusive os de direitos humanos, têm status de lei ordinária no ordenamento jurídico brasileiro.

Questão 24

Sobre as políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis, especialmente a população LGBTQIAPN+, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A proteção específica da população LGBTQIAPN+ depende de legislação federal específica, não sendo possível a criminalização da discriminação por orientação sexual via interpretação judicial.
- Ⓑ O reconhecimento da homotransfobia como crime de racismo pelo STF na ADO 26 aplica-se apenas aos casos de discriminação ocorridos após a decisão.
- Ⓒ As políticas de segurança pública para população LGBTQIAPN+ são facultativas para os estados e municípios, que podem optar por não as implementar em respeito à autonomia federativa.
- Ⓓ Os órgãos de segurança pública podem recusar o registro de ocorrências envolvendo discriminação por orientação sexual quando não houver tipificação específica na legislação local.
- Ⓔ Conforme decisão do STF e legislação vigente, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero equipara-se ao racismo, sendo obrigatório seu registro e investigação pelos órgãos de segurança.

Questão 25

A respeito dos direitos humanos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte.
- Ⓑ A Constituição Federal adota um sistema fechado de direitos fundamentais, não admitindo outros além dos expressamente previstos em seu texto.
- Ⓒ Os direitos fundamentais previstos na Constituição podem ser restringidos ou suprimidos por emenda constitucional, desde que aprovada pelo procedimento adequado.
- Ⓓ A aplicação dos direitos fundamentais restringe-se às relações entre cidadãos e Estado, não incidindo nas relações entre particulares.
- Ⓔ Os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal têm aplicação imediata apenas quando regulamentados por lei específica.

Noções de Criminologia

Ronaldo Paiva

Questão 26

Tendo como referência a criminologia e as ciências criminais, podemos afirmar corretamente que:

- Ⓐ o direito penal está vinculado a usar para construção dos tipos penais os estudos realizados pela criminologia.
- Ⓑ a criminologia analisa dados e induz os respectivos resultados, que se afirmam com a utilização de outras ramificações científicas.
- Ⓒ A criminologia tem como fundamento o dogma jurídico do crime.
- Ⓓ a multidisciplinaridade é mais apropriada que a Interdisciplinaridade nos estudos da ciência criminológica.
- Ⓔ intervir no criminoso e efetivar alterações nas legislações penais são finalidades da criminologia.

Questão 27

Ao longo do tempo a criminologia foi se firmando como uma ciência autônoma em relação às demais ciências criminais, possuindo, portanto, objetos bem definidos, metodologia própria e finalidades claras. Assinale a alternativa que apresenta o que a criminologia é nos dias atuais.

- Ⓐ Axiológica.
- Ⓑ Dogmática.
- Ⓒ Hipotética.
- Ⓓ Indutiva.
- Ⓔ Normativa.

Questão 28

Dentre as escolas criminológicas, existiu uma que fez a criminologia ser reconhecida como uma ciência, haja vista usar método baseado nos estudos de Immanuel Kant, o qual afirmava que a razão é a fonte da moralidade. Tal escola criminológica assim definiu que a ausência da moralidade, portanto, fazia surgir seres irracionais, definidos como seres subumanos pelos seus pensadores. Assinale a alternativa que corresponde a Escola assim definida.

- Ⓐ Escola das Políticas Alemã.
- Ⓑ Direito Penal do Inimigo.
- Ⓒ Positivista.
- Ⓓ Teoria Ecológica.
- Ⓔ Correcionalista.

Questão 29

Sobre a teoria da reação social e a doutrina de criminologia, é correto afirmar que

- Ⓐ outsider é um termo que pode ser usado para descrever pessoas que se encontram fora de uma curva padrão.
- Ⓑ a realidade carcerária brasileira traduz as marcas históricas da escravidão e a permanência do positivismo racista.
- Ⓒ é a teoria defendida por Lombroso e estabelece o conceito de um criminoso nato.
- Ⓓ é sinônimo de abolicionismo penal e defende o fim do direito penal como forma de solução de conflitos.
- Ⓔ é conhecida como cifra dourada da criminalidade, defendendo que determinadas esferas sociais têm um tratamento privilegiado no sistema penal.

Questão 30

É possível afirmar que a criminologia estuda de fato um ciclo criminológico quando observamos que a vítima é a principal fonte de informação sobre a ocorrência de um delito na sociedade. Tais informações fomentam o que é chamado de modelos de prevenção criminal. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta um modelo de prevenção ao delito cujo resultado criminal é indireto.

- Ⓐ Criação de novos batalhões da Polícia Militar.
- Ⓑ Processo de ressocialização da pessoa apenada.
- Ⓒ Programas sociais de combate ao uso de drogas.
- Ⓓ Investimento em educação técnica para ingresso no mercado de trabalho.
- Ⓔ Operação policial para coibir o tráfico de armas.

Raciocínio Lógico

Diego Ribeiro

Questão 31

Durante um treinamento em campo, a PMDF testou a resposta rápida de suas viaturas em um cenário em que a comunicação via rádio falha ou as viaturas não estão com os equipamentos de rastreamento atualizados. A proposição que descreve esse cenário é dada por "não há falha de comunicação e todas as viaturas estão com os equipamentos atualizados". Sabendo disso, assinale a alternativa que representa corretamente a negação dessa proposição.

- Ⓐ Há falha de comunicação ou pelo menos uma viatura não está com o equipamento atualizado.
- Ⓑ Há falha de comunicação e pelo menos uma viatura não está com o equipamento atualizado.
- Ⓒ Não há falha de comunicação ou todas as viaturas estão com o equipamento atualizado.
- Ⓓ Há falha de comunicação ou todas as viaturas estão com os equipamentos atualizados.
- Ⓔ Pelo menos uma viatura está com o equipamento atualizado ou há falha de comunicação.

Questão 32

Uma equipe da PMDF foi designada para realizar uma vigilância em um ponto estratégico da cidade. A operação será considerada bem-sucedida se, e somente se, os policiais estiverem presentes. A proposição composta representando esse fato é dada por " $P \leftrightarrow Q$ ", onde " P " significa "A operação será considerada bem-sucedida" e " Q " significa "os policiais estão presentes". Assinale a alternativa que é equivalente a essa proposição.

- Ⓐ $(Q \rightarrow P) \wedge (P \rightarrow Q)$
- Ⓑ $(Q \wedge P) \vee (P \wedge Q)$
- Ⓒ $P \vee Q$
- Ⓓ $P \leftrightarrow \sim Q$
- Ⓔ $P \rightarrow Q$

Questão 33

Em uma operação de patrulhamento, o oficial divide a equipe em dois grupos para cobrir diferentes áreas da cidade. Se o número total de policiais é de 30, e a divisão for proporcional à área a ser coberta (sabendo que a área A1 é 4 vezes maior que a área A2), a quantidade de policiais destinada à área A1 é

- Ⓐ 15.
- Ⓑ 20.
- Ⓒ 24.
- Ⓓ 25.
- Ⓔ 28.

Questão 34

A PMDF precisa distribuir 3 viaturas para 5 áreas distintas de patrulhamento. Cada viatura deve ser designada para uma área diferente e a distribuição é feita de forma a que uma área não receba mais de uma viatura. De _____ maneiras diferentes a distribuição pode ser feita.

- Ⓐ 10
- Ⓑ 15
- Ⓒ 60
- Ⓓ 120
- Ⓔ 240

Questão 35

A PMDF tem um protocolo para distribuir as horas de treinamento. Se o primeiro dia de treinamento dura 2 horas, o segundo dia dura 4 horas, o terceiro dia dura 6 horas e assim por diante, o total de horas de treinamento após o 10º dia é de

- Ⓐ 100 horas.
- Ⓑ 110 horas.
- Ⓒ 120 horas.
- Ⓓ 130 horas.
- Ⓔ 140 horas.

Língua Inglesa

Alexandre Hartmann

Text

U.S. Vice President J.D. Vance sent shockwaves across Europe on February 14 when he used his speech at the Munich Security Conference, typically the venue for backslapping among Western allies, to say that free speech is "in retreat" across the continent.

The former Ohio senator argued that the biggest threat to Europe "is not Russia, it's not China" but rather what he said was its retreat "from some of its most fundamental values, values shared with the United States."

Vance's address triggered an immediate rebuke from German Defense Minister Boris Pistorius, who described his remarks as "not acceptable."

However, it has sparked a wider debate about the state of free speech across Europe. Speaking to Newsweek, a British man arrested for silently praying near an abortion clinic, who was cited in Vance's speech, and a conservative columnist investigated by police over a post on X, formerly Twitter, said they were grateful for Vance's intervention. But one prominent European legal scholar said the vice president "wraps lies, distortion and misinformation neatly into a single package."

Source: <https://www.newsweek.com/does-europe-have-free-speech-problem-2034349>

Judge the following items according to the text above.

■ Questão 36

The word "typically" (paragraph one) means the same as

- Ⓐ rarely.
- Ⓑ never.
- Ⓒ occasionally.
- Ⓓ unpredictably.
- Ⓔ usually.

■ Questão 37

The phrase "the venue for backslapping" can be rewritten as

- Ⓐ a place for serious discussions.
- Ⓑ a setting for mutual praise and admiration.
- Ⓒ a forum for heated arguments.
- Ⓓ a place for business transactions.
- Ⓔ an arena for protests.

■ Questão 38

The word "rebuke" (paragraph two) is synonymous with

- Ⓐ praise.
- Ⓑ support.
- Ⓒ criticism.
- Ⓓ agreement.
- Ⓔ celebration.

■ Questão 39

The pronoun "it" (paragraph four) refers to

- Ⓐ Europe.
- Ⓑ the Munich Security Conference.
- Ⓒ Russia.
- Ⓓ the retreat of free speech.
- Ⓔ Vance's address.

■ Questão 40

It can be inferred from the last sentence of the last paragraph that one prominent European legal scholar believes the vice president is

- Ⓐ misinformed.
- Ⓑ telling the truth.
- Ⓒ supporting Europe.
- Ⓓ justified in his claims.
- Ⓔ a supporter of free speech.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração

Bruno Eduardo

Questão 41

Uma organização pública estadual, visando modernizar suas práticas de gestão, decidiu reestruturar suas áreas administrativas. Os gestores envolvidos no projeto estão debatendo as vantagens e desvantagens das abordagens clássica, burocrática e sistemática, assim como o contexto histórico das reformas administrativas no Brasil a partir de 1930. Com base no contexto apresentado, assinale a opção que apresenta, de forma mais adequada, a convergência entre as abordagens clássica, burocrática e sistemática da administração, considerando o processo de modernização da administração pública brasileira.

- Ⓐ Enfatizar a divisão minuciosa do trabalho proposta pela abordagem clássica, dispensando controles hierárquicos e a visão sistemática, é recomendável para reduzir o formalismo burocrático.
- Ⓑ A burocracia weberiana, ao priorizar normas, hierarquia e impessoalidade, anula a necessidade de adaptação estrutural, pois a abordagem sistemática assegura automaticamente integração e flexibilidade.
- Ⓒ Ao estudar as interdependências entre subsistemas e o ambiente, a abordagem sistemática complementa princípios clássicos de planejamento e organização, mitigando excessos burocráticos e viabilizando reformas gerenciais.
- Ⓓ A abordagem clássica de Henri Fayol, quando combinada à teoria burocrática de Weber, prioriza a horizontalização dos processos decisórios, eliminando a formalização e a hierarquização das estruturas públicas.
- Ⓔ As reformas administrativas brasileiras, desde 1930, rejeitam quaisquer traços do modelo sistemático, mantendo-se estritamente fiéis aos fundamentos clássicos e burocráticos, em razão da estabilidade jurídica.

Questão 42

Uma secretaria estadual está elaborando seu plano de ação para o próximo exercício. Para tanto, a equipe gestora debate o ciclo administrativo composto pelo planejamento, organização, direção e controle, buscando aperfeiçoar a estrutura organizacional e alinhar a cultura interna às novas metas governamentais. Assinale a alternativa que melhor caracteriza a relação entre as funções de planejamento, organização, direção e controle no alcance de resultados públicos eficazes.

- Ⓐ O planejamento define objetivos e metas, a organização distribui recursos e responsabilidades, enquanto a direção mobiliza e influencia pessoas para que o controle mensure resultados e promova ajustes necessários.

- Ⓑ A fase de controle deve preceder a de planejamento, a fim de detectar possíveis falhas operacionais antes mesmo de definir metas e alocar recursos, assegurando maior previsibilidade.
- Ⓒ A organização, por estruturar hierarquias e departamentos, independe do planejamento estratégico, pois é voltada exclusivamente à execução de tarefas rotineiras e padronizadas.
- Ⓓ O controle deve ser pautado predominantemente em indicadores qualitativos, ignorando métricas quantitativas, pois estas podem distorcer o foco nas pessoas e na cultura organizacional.
- Ⓔ A direção baseia-se inteiramente em processos prescritivos e não pode considerar aspectos motivacionais ou de liderança, devendo prevalecer a estrita coerção hierárquica no setor público.

Questão 43

Uma grande instituição pública busca revisar seus processos de gestão de pessoas para aumentar o equilíbrio organizacional e promover um ambiente de alto desempenho. Aspectos ligados à motivação, liderança e gestão do comportamento organizacional são prioritários na mudança cultural pretendida. Assinale a opção que melhor expressa a estratégia de gestão de pessoas que promove o equilíbrio organizacional e o comprometimento dos servidores.

- Ⓐ Focar exclusivamente em metas institucionais, sancionando com rigor os colaboradores que não atingirem as expectativas estabelecidas, sem considerar fatores de satisfação pessoal ou condições de trabalho.
- Ⓑ Incentivar o desenvolvimento de lideranças participativas e definir práticas de reconhecimento baseadas em resultados e comportamentos alinhados aos valores da organização, reforçando o engajamento.
- Ⓒ Priorizar alta rotatividade de pessoal para trazer diversidade constante às equipes, permitindo que não haja vínculo afetivo duradouro com a instituição, o que garante competitividade de mercado.
- Ⓓ Limitar a comunicação interna à divulgação de normas e regulamentos, pois a promoção de diálogos e feedbacks periódicos pode enfraquecer a autoridade dos gestores públicos.
- Ⓔ Centralizar todas as decisões de recrutamento e treinamento exclusivamente na cúpula da instituição, visto que o envolvimento dos colaboradores nesses processos inviabiliza a agilidade do setor público.

Questão 44

Uma comissão avaliadora analisa propostas de melhoria nos processos de prestação de serviços em uma entidade estadual. Para isso, consideram a adoção de modelos de gestão da qualidade, como o Ciclo PDCA e o modelo do Gespública, além de técnicas de mapeamento e análise de processos. Entre as alternativas abaixo, identifique aquela que melhor descreve a aplicação integrada das ferramentas de gestão da qualidade e de análise de processos em âmbito público.

- Ⓐ O modelo do Gespública propõe eliminar a participação dos usuários no aprimoramento de processos, de modo a evitar influências externas que distorçam os dados de avaliação.
- Ⓑ A adoção do Ciclo PDCA (Planejar, Executar, Verificar, Agir) centra-se exclusivamente em indicadores financeiros, sem contemplar requisitos de satisfação do usuário ou eficiência interna.
- Ⓒ As ferramentas de gestão da qualidade limitam-se a organizações privadas, pois na administração pública não há espaço para ciclos de melhoria contínua ou avaliação de desempenho.
- Ⓓ A implementação de indicadores de processo substitui a necessidade de qualquer método de controle, já que a simples definição de metas garante a padronização das atividades e a satisfação do usuário.
- Ⓔ O mapeamento e a análise de processos podem ser integrados ao modelo do Gespública, revisando fluxos e usando o PDCA para promover ajustes contínuos, orientados à melhoria da qualidade e à satisfação do cidadão.

Questão 45

Um servidor estadual, recém-nomeado em concurso público, inicia suas atividades e percebe que necessita compreender melhor a organização administrativa do Estado, os atos administrativos e os procedimentos internos de requisição de materiais. Além disso, deseja se informar sobre direitos, deveres e possibilidades de afastamento previstos no regime jurídico estadual. Assinale a alternativa que corretamente retrata aspectos essenciais da administração direta e indireta, da prática de atos administrativos e dos procedimentos relativos ao regime jurídico dos servidores estaduais.

- Ⓐ As fundações públicas, integrantes da administração direta, disudem de personalidade jurídica de direito privado, não cabendo a elas cumprir atos administrativos sujeitos a controle hierárquico.
- Ⓑ A requisição de materiais pode ser emitida verbalmente pelos servidores sempre que ocorrer urgência, dispensando registro formal no processo.
- Ⓒ Nos regimes jurídicos estaduais, o estágio probatório é o período inicial em que se avalia a capacidade e a adaptabilidade do servidor, podendo resultar em exoneração caso não sejam atendidos os critérios de desempenho.

- Ⓓ As sociedades de economia mista compõem a administração direta do Estado, sendo, portanto, obrigadas a executar atos administrativos vinculados exatamente na mesma forma que as secretarias estaduais.

- Ⓔ O direito à licença remunerada, em qualquer regime jurídico dos servidores públicos, inclui a faculdade de o servidor ausentar-se do trabalho por tempo indeterminado para buscar interesses particulares sem autorização prévia.

Direito Constitucional

Rafael de Oliveira

Questão 46

Sobre a classificação das Constituições, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ As constituições **flexíveis** não podem ser modificadas por processo legislativo ordinário.
- Ⓑ A Constituição brasileira de 1988 é **rígida**, pois prevê procedimento especial para sua alteração.
- Ⓒ As constituições **dogmáticas** são aquelas que surgem de um processo **consuetudinário** ao longo do tempo.
- Ⓓ A supremacia da Constituição **não** se relaciona com sua classificação como escrita ou não escrita.
- Ⓔ A Constituição **histórica** é aquela que foi promulgada por um poder constituinte originário.

Questão 47

Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O **habeas data** pode ser impetrado por qualquer pessoa para obter acesso a **quaisquer informações** públicas em poder do Estado.
- Ⓑ O **mandado de injunção** destina-se a sanar a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de **direitos e liberdades constitucionais**.
- Ⓒ O **habeas corpus** pode ser utilizado para a proteção de **qualquer direito fundamental**, independentemente de sua relação com a liberdade de locomoção.
- Ⓓ O **mandado de segurança coletivo** só pode ser impetrado por partidos políticos com representação no Congresso Nacional e pelo Ministério Público.
- Ⓔ Os direitos fundamentais são **absolutos**, não admitindo qualquer restrição ou limitação pelo legislador ou pelo Poder Judiciário.

Questão 48

Sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro, de acordo com a Constituição de 1988, marque a alternativa correta.

- Ⓐ A intervenção da União nos Estados pode ocorrer **exclusivamente** por solicitação do respectivo governador.
- Ⓑ Os estados **possuem autonomia** para criar territórios dentro de seus limites, sem necessidade de autorização federal.
- Ⓒ Os municípios possuem **competência legislativa plena**, podendo legislar sobre qualquer matéria de interesse geral.
- Ⓓ O Distrito Federal **não pode ser dividido em municípios**, possuindo competências tanto estaduais quanto municipais.
- Ⓔ A Constituição **permite** que a União transfira sua sede administrativa para qualquer estado mediante decreto presidencial.

Questão 49

Sobre os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A **República Federativa do Brasil** é fundada no pluralismo político, o que significa a obrigatoriedade de filiação partidária para exercício da cidadania.
- Ⓑ A separação dos poderes é um **princípio absoluto**, impedindo qualquer interferência de um poder sobre outro.
- Ⓒ A soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são princípios que **fundamentam a República Federativa do Brasil**.
- Ⓓ O Brasil pode **separar-se** em diferentes Estados autônomos caso a maioria da população assim decida em plebiscito nacional.
- Ⓔ O princípio da dignidade da pessoa humana aplica-se **apenas** aos cidadãos brasileiros e não se estende a estrangeiros.

Questão 50

No que se refere à organização dos Poderes do Estado, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O Poder Executivo **pode editar medidas provisórias** sobre qualquer matéria, desde que o Congresso Nacional as aprove posteriormente.
- Ⓑ O Senado Federal possui a competência exclusiva para **julgar o Presidente da República** em casos de crime de responsabilidade.
- Ⓒ O **controle de constitucionalidade difuso** permite que qualquer juiz ou tribunal possa declarar a inconstitucionalidade de uma norma.
- Ⓓ O Conselho de Defesa Nacional possui **atribuições legislativas** em matéria de segurança pública e ordem interna.
- Ⓔ O Poder Legislativo não pode **sustar** atos normativos do Executivo, pois isso violaria a separação de poderes.

Direito Administrativo

Maria Júlia

Questão 51

A administração pública deseja contratar uma empresa para fornecer equipamentos de informática padronizados e de fácil especificação no mercado. A modalidade de licitação que deve ser obrigatoriamente utilizada nesse caso, conforme a Lei n. 14.133/2021, é a(o):

- Ⓐ concorrência.
- Ⓑ leilão.
- Ⓒ diálogo competitivo.
- Ⓓ pregão.
- Ⓔ concurso.

Questão 52

No cenário contemporâneo, observa-se uma tendência de descentralização da execução de políticas públicas por meio de entidades do terceiro setor. Com a formalização de um contrato de gestão entre o Estado e uma organização social, surge um novo paradigma na relação entre a administração pública e tais entidades. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- Ⓐ a organização social, ao firmar um contrato de gestão, passa a integrar a administração pública indireta.
- Ⓑ a celebração do contrato de gestão resulta na transferência da titularidade da função pública para a entidade privada.
- Ⓒ a prestação de contas por parte da entidade privada torna-se obrigatória, mas o controle estatal sobre sua atuação é mínimo.
- Ⓓ o contrato de gestão deve estabelecer metas de desempenho e critérios de avaliação, sendo um mecanismo de fomento à eficiência.
- Ⓔ a relação entre a administração e a entidade privada se dá exclusivamente por meio de licitação, não sendo admitida a formalização direta de contratos de gestão.

Questão 53

O gestor público, ao deliberar sobre um pedido de licença para uso de espaço público, verifica que o ordenamento jurídico lhe confere margem para avaliar a conveniência e oportunidade do ato. No entanto, os critérios para sua decisão não estão claramente definidos na norma, levando-o a fundamentar sua decisão com base em critérios subjetivos. Nesse caso, o exercício do poder discricionário pelo administrador:

- Ⓐ pode resultar na prática de ato arbitrário, caso o gestor extrapole os limites da razoabilidade e proporcionalidade.
- Ⓑ é ilimitado, uma vez que decorre diretamente da prerrogativa do administrador de decidir segundo sua interpretação pessoal.
- Ⓒ está integralmente sujeito ao controle judicial de mérito, que pode substituir a decisão administrativa.

- ① não pode ser revisto administrativamente, pois o princípio da segurança jurídica impede a administração de revisar seus próprios atos discricionários.
- ⑤ apenas se aplica quando não há norma legal específica disciplinando a matéria, o que não ocorre no caso concreto.

■ Questão 54

Um servidor público foi acusado de improbidade administrativa por conceder um benefício social a um cidadão que não preenchia todos os requisitos legais. No entanto, ficou provado que o servidor cometeu o erro sem intenção dolosa, baseando-se em informações incorretas fornecidas por terceiros. Considerando as alterações da Lei n. 14.230/2021, é correto afirmar que:

- ④ a improbidade administrativa foi configurada, pois o erro do servidor gerou dano ao erário.
- ② a conduta do servidor não pode ser considerada improbidade administrativa, pois não houve dolo.
- ③ o servidor responderá por improbidade administrativa por não ter checado todas as informações antes de conceder o benefício.
- ① a responsabilidade objetiva do servidor implica a necessidade de sua punição, independentemente de culpa.
- ⑤ a nova redação da Lei n. 8.429/1992 eliminou a exigência de dolo para atos de improbidade administrativa.

■ Questão 55

Uma cidade desenvolveu um novo plano diretor e decidiu que a prestação do transporte público, atualmente concedida a uma empresa privada, será retomada pelo município para garantir a universalização do acesso ao serviço. O prefeito, então, assinou um decreto declarando extinta a concessão e retomando o serviço para a gestão direta do município. Considerando as disposições da Lei n. 8.987/1995 sobre a encampação, assinale a alternativa correta.

- ④ A encampação é um direito discricionário do poder concedente, podendo ser exercido a qualquer tempo, sem necessidade de justificativa.
- ② A encampação exige lei específica autorizativa e prévia indenização ao concessionário pelos investimentos realizados.
- ③ A revogação unilateral da concessão pelo município é válida sempre que houver descumprimento do contrato pelo concessionário.
- ① O município pode encampar o serviço a qualquer tempo, bastando notificar a concessionária com antecedência mínima de 30 dias.
- ⑤ A encampação não pode ocorrer em serviços essenciais, como transporte público, pois a continuidade do serviço deve ser garantida.

Direito Penal

Pâmella Tayná

■ Questão 56

João praticou um crime cuja ação penal era pública incondicionada. Antes de seu julgamento, uma nova lei passou a exigir representação da vítima.

Considerando a situação hipotética anterior e a legislação brasileira referente à lei penal, assinale a opção correta.

- ④ A nova lei retroage automaticamente, pois a alteração da ação penal é norma processual, aplicável de imediato aos processos em curso.
- ② As normas penais, como as que tratam sobre ação penal, são, em regra, retroativas.
- ③ A nova lei somente retroagiria se extinguisse a punibilidade do crime, o que não ocorreu, pois apenas alterou a titularidade da ação penal.
- ① Deve-se aplicar a norma vigente no momento do julgamento, tendo em vista o princípio do *regit tempus actum*.
- ⑤ As normas que tratam de ação penal são consideradas híbridas, logo, são normas processuais penais que, no entanto, devem ser tratadas como normas materiais.

■ Questão 57

O condenado pelo crime de resistência, a uma pena de detenção de um ano,

- ④ se primário, poderá ter a pena privativa de liberdade substituída por uma restritiva de direito.
- ② terá fixado o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena, em razão da violência inerente ao tipo penal.
- ③ primário ou reincidente, poderá iniciar o cumprimento de pena em regime aberto.
- ① cumprirá a pena em casa de albergado ou em outro estabelecimento adequado, se estiver cumprindo pena em regime aberto.
- ⑤ deverá iniciar o cumprimento da pena no regime fechado.

■ Questão 58

No que concerne ao princípio da insignificância, assinale a opção correta:

- ④ é vedada a aplicação do princípio da insignificância em favor de réu reincidente.
- ② não encontra previsão na legislação positiva.
- ③ o reconhecimento do referido princípio conduz à atipicidade formal da conduta.
- ① não se admite a aplicação do princípio da insignificância ao crime de contrabando de cigarros.
- ⑤ a atribuição de falsa identidade perante autoridade policial é insignificante e, portanto, atípica.

Questão 59

De acordo com o Código Penal, a conduta de solicitar vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função caracteriza crime de

- Ⓐ corrupção ativa.
- Ⓑ corrupção passiva.
- Ⓒ exploração de prestígio.
- Ⓓ tráfico de influência.
- Ⓔ patrocínio infiel.

Questão 60

Com relação aos crimes praticados por funcionários públicos no exercício da função, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Pratica crime de invasão de domicílio, de forma majorada, agente público que, no exercício de seu cargo, invade imóvel alheio sem autorização do proprietário ou determinação judicial.
- Ⓑ O sujeito ativo do crime de falsificação de documento público é o funcionário público, hipótese em que responde sem incidência de aumento de pena.
- Ⓒ Médico de hospital particular conveniado ao SUS é considerado funcionário público para fins penais.
- Ⓓ Particular que comete crime em concurso com funcionário público, conhecendo essa condição, só responde por crime funcional se não houver crime comum correspondente.
- Ⓔ A consumação do crime de corrupção passiva é condicionada à percepção da vantagem.

Direito Processual Penal

Douglas Vargas

Questão 61

A lei processual penal aplicar-se-á:

- Ⓐ com observância da retroatividade e da ultratividade benéfica quanto aos prazos para a defesa.
- Ⓑ com observância da retroatividade e da ultratividade benéfica quanto aos prazos para a defesa e para a acusação.
- Ⓒ sem observância da retroatividade e da ultratividade benéfica, devendo ser aplicada desde logo, observada a norma de que os atos anteriores devem ser novamente realizados para que mantenham sua validade;
- Ⓓ desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- Ⓔ desde logo, com prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, salvo se benéficos ao acusado.

Questão 62

Quanto à perícia requerida pelas partes:

- Ⓐ juiz e autoridade policial poderão negar qualquer perícia derivada de requerimento das partes, se entenderem que não é necessária para o esclarecimento da verdade.
- Ⓑ apenas o juiz pode negar qualquer perícia derivada de requerimento das partes, se entender que não é necessária para o esclarecimento da verdade.
- Ⓒ juiz e autoridade policial poderão negar qualquer perícia derivada de requerimento das partes, se entenderem que não é necessária para o esclarecimento da verdade, salvo o exame de corpo de delito.
- Ⓓ apenas o juiz poderá negar qualquer perícia derivada de requerimento das partes, se entender que não é necessária para o esclarecimento da verdade. A autoridade policial pode fazer o mesmo, salvo em caso de exame de corpo de delito.
- Ⓔ apenas o juiz poderá negar qualquer perícia derivada de requerimento das partes, se entender que não é necessária para o esclarecimento da verdade, salvo no caso de exame de corpo de delito.

Questão 63

Sobre a irretratabilidade da representação nas ações penais que dela dependem:

- Ⓐ não se trata de instituto aceito no processo penal pátrio.
- Ⓑ existe, porém após o recebimento da denúncia.
- Ⓒ é admitida, via de regra, após o oferecimento da denúncia.
- Ⓓ é inadmissível, salvo se o magistrado decidir em sentido contrário.
- Ⓔ é excepcionalmente admitida, se o magistrado, por razões de fato ou de direito, compreender que a retratação gerará prejuízo à *persecutio criminis*.

Questão 64

A captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, prevista na Lei n. 9.296/1996,

- Ⓐ independe de ordem judicial.
- Ⓑ diferentemente da interceptação telefônica comum, não possui regramento expresso contido no texto legal, sendo sua regulação realizada por analogia.
- Ⓒ requer a existência de elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos ou em infrações penais conexas.
- Ⓓ só pode ser requerida por membro do Ministério Público.
- Ⓔ é inadmissível salvo em caso de crimes hediondos ou equiparados.

Questão 65

Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

- Ⓐ maior de setenta anos
- Ⓑ extremamente debilitado por motivo de qualquer doença
- Ⓒ imprescindível aos cuidados especiais de pessoa com deficiência, qualquer que seja a idade desta
- Ⓓ gestante, desde que a partir do oitavo mês
- Ⓔ mulher com filho de até 16 anos de idade incompletos.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante – Tópicos 1 ao 11

Léo Castro

Questão 66

De acordo com os novos dispositivos introduzidos pela Lei n. 14.532/2023 na Lei n. 7.716/1989 (crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor), assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A pena dos crimes previstos na Lei n. 7.716/1989 só poderá ser aumentada quando praticados por funcionário público no exercício de suas funções, não havendo qualquer acréscimo caso ocorram em contexto de diversão.
- Ⓑ Os crimes de racismo terão suas penas reduzidas pela metade quando praticados em ambiente festivo ou com intuito de recriação, por se considerar uma circunstância atenuante.
- Ⓒ Na interpretação desta Lei, apenas as atitudes que causem prejuízo financeiro direto à vítima são classificadas como discriminatórias, ficando excluídas as que provoquem humilhação ou vergonha.
- Ⓓ A vítima de qualquer crime de racismo deverá ser ouvida sem a presença de advogado ou defensor público, pois a Lei exige seu comparecimento unicamente na fase de julgamento.
- Ⓔ As penas dos crimes previstos na Lei n. 7.716/1989 serão aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração ou recriação, bem como quando praticados por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las; além disso, o juiz deve considerar discriminatória toda atitude que cause constrangimento, humilhação ou exposição indevida a grupos minoritários, e a vítima desses crimes deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público em todos os atos processuais.

Questão 67

Com base no disposto na Lei n. 8.072/1990, são considerados crimes hediondos:

- Ⓐ roubo com emprego de arma de fogo de uso restrito, furto com emprego de explosivo e homicídio com emprego de arma de fogo de uso proibido.
- Ⓑ porte de arma de fogo de uso restrito e homicídio qualificado pelo uso de arma de fogo de uso restrito.
- Ⓒ extorsão mediante sequestro, roubo com emprego de arma de fogo de uso proibido e extorsão qualificada pelo resultado morte, independentemente de restrição da liberdade da vítima.
- Ⓓ tráfico internacional de arma de fogo, associação para o tráfico e a organização criminosa.
- Ⓔ associação criminosa, organização criminosa e milícia privada.

Questão 68

De acordo com o disposto na Lei n. 9.455, de 1997, a Lei de Tortura, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A pena é aumentada de um sexto até um terço se praticado o delito por organização criminosa.
- Ⓑ A pena é aumentada de um sexto até metade se praticado o crime por associação criminosa.
- Ⓒ A pena é aplicada em dobro se sobrevier morte da vítima em razão da violência empregada.
- Ⓓ A pena é de reclusão, de oito a dezenas de anos, se a vítima sofrer lesão corporal gravíssima.
- Ⓔ A pena é aumentada de um sexto até um terço se praticado o delito contra adolescente.

Questão 69

De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), a alternativa a seguir que NÃO corresponde a uma medida protetiva de urgência que o juiz pode aplicar imediatamente ao agressor é:

- Ⓐ suspensão da posse ou restrição do porte de armas do agressor.
- Ⓑ afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- Ⓒ proibição de contato do agressor com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.
- Ⓓ prisão imediata do agressor, por um prazo mínimo de 30 dias.
- Ⓔ restrição ou suspensão de visitas do agressor aos dependentes menores.

Questão 70

Assinale a alternativa correta quanto aos Juizados Especiais Criminais, de acordo com a Lei n. 9.099/1995.

- Ⓐ Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n. 9.099/1995, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.
- Ⓑ Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo somente os crimes cuja pena máxima não ultrapasse 1 ano, não se incluindo as contravenções penais.
- Ⓒ A homologação da composição dos danos civis entre autor do fato e vítima acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação e extingue a punibilidade, independentemente da natureza da ação penal.
- Ⓓ Não se admitirá a transação penal se o autor do fato já tiver sido condenado por crime em sentença transitada em julgado ou já tiver sido beneficiado com transação penal nos últimos 10 anos.
- Ⓔ O procedimento no Juizado Especial Criminal orienta-se pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.

Direito Penal Militar Cícero Coimbra

Questão 71

No que concerne ao lugar do crime, o Código Penal militar adotou:

- Ⓐ a teoria da ubiquidade para o crime omissivo.
- Ⓑ a teoria da atividade para o crime comissivo.
- Ⓒ a teoria do resultado para o crime comissivo.
- Ⓓ a teoria do resultado para o crime omissivo.
- Ⓔ a teoria da atividade para o crime omissivo.

Questão 72

Joca, 1º Tenente da Polícia Militar do Distrito Federal na ativa, pratica contra Severina, também 1º Tenente da Polícia Militar do Distrito Federal na ativa, sem a anuência desta, ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia, conduta que pode ser subsumida no art. 215-A do Código Penal comum (importunação sexual). Neste caso, Joca:

- Ⓐ cometeu crime comum de importunação sexual.
- Ⓑ cometeu crime militar de importunação sexual.
- Ⓒ não cometeu crime e nem transgressão.
- Ⓓ cometeu apenas transgressão disciplinar.
- Ⓔ cometeu crime comum de importunação sexual e transgressão disciplinar.

Questão 73

Asdrubal, policial militar da Polícia Militar do Distrito Federal, na ativa, está no atendimento de uma ocorrência policial, preservando local em que houve derramamento de produto químico, aguardando a chegada dos integrantes do Corpo de Bombeiros. Durante sua estada no local, sem perceber, inala o vapor do produto, ficando completamente embriagado. Em determinado momento, chega o seu superior hierárquico para saber como está a ocorrência e, Asdrubal, sob o efeito da substância que inalou, dá um soco no superior hierárquico de sua instituição, sendo preso em flagrante delito pelo crime de violência contra superior (art. 157 do CPM). Neste caso, em havendo a ação penal militar, Asdrubal:

- Ⓐ deve ser condenado pelo crime de violência contra superior, com a circunstância agravante de estar embriagado.
- Ⓑ como estava embriagado completamente, não tinha consciência de que agredia um superior, mas deve ser condenado por lesão corporal.
- Ⓒ deve ser apenas punido disciplinarmente, sem consequência penal militar.
- Ⓓ deverá ser absolvido, pois a embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, torna o agente inimputável.
- Ⓔ deve ser condenado pelo crime de violência contra superior, pois qualquer embriaguez para militar é inescusável.

Questão 74

Menelau, policial militar da ativa no Distrito Federal, aceita um desafio para duelar, formulado por Joaquim, também policial militar da ativa da mesma instituição, porquanto Menelau iniciou um relacionamento amoroso com a ex-namorada de Joaquim. Neste caso:

- Ⓐ não há conduta criminosa no caso concreto.
- Ⓑ Menelau e Joaquim terão suas condutas subsumidas em crime militar de desafio para duelo.
- Ⓒ Menelau e Joaquim responderão apenas por transgressão disciplinar.
- Ⓓ apenas Menelau terá sua conduta subsumida em crime militar de desafio para duelo.
- Ⓔ apenas terá sua conduta subsumida em crime militar de desafio para duelo.

Questão 75

Quando o Código Penal Militar determina a agravamento ou atenuação da pena sem mencionar o *quantum*, deve o juiz fixá-lo:

- Ⓐ entre um quinto e um terço.
- Ⓑ livremente, de acordo com a gravidade da conduta.
- Ⓒ livremente, de acordo com o resultado.
- Ⓓ entre um quinto e metade.
- Ⓔ entre um a dois terços.

Direito Processual Penal Militar

Cícero Coimbra

Questão 76

As normas do Código de Processo Penal Militar também são aplicáveis aos processos em curso nas Justiças Militares dos Estados e do Distrito Federal, com exceção dos dispositivos que tratam:

- Ⓐ do processo ordinário.
- Ⓑ do inquérito policial militar.
- Ⓒ da organização de justiça.
- Ⓓ do auto de prisão em flagrante.
- Ⓔ do processo especial de deserção de oficial.

Questão 77

O inquérito policial militar é instaurado por instrumento formal denominado portaria, de lavra de uma autoridade de polícia judiciária militar originária ou de autoridade por ela delegada. Pela estrita previsão do Código de Processo Penal Militar, a portaria do inquérito NÃO será instaurada:

- Ⓐ de ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, atendida a hierarquia do infrator.
- Ⓑ por determinação ou delegação da autoridade militar superior.
- Ⓒ em virtude de requisição do Poder Judiciário.
- Ⓓ por decisão do Superior Tribunal Militar, nos termos do art. 25 do mesmo Código.
- Ⓔ a requerimento da parte ofendida ou de quem legalmente a represente, ou em virtude de representação devidamente autorizada de quem tenha conhecimento de infração penal, cuja repressão caiba à Justiça Militar.

Questão 78

Analise as alternativas abaixo, de acordo com a Lei n. 8.457, de 4 de setembro de 1992, com as alterações posteriores, assinalando a correta.

- Ⓐ Compete ao Superior Tribunal Militar, originariamente, processar e julgar os oficiais-generais das Forças Armadas, nos crimes militares definidos em lei.
- Ⓑ Compete ao Superior Tribunal Militar, originariamente, processar e julgar os oficiais das Forças Armadas, nos crimes militares definidos em lei.
- Ⓒ Compete ao Superior Tribunal Militar, originariamente, processar e julgar praças das Forças Armadas, nos crimes militares definidos em lei.
- Ⓓ Compete ao Superior Tribunal Militar, originariamente, processar e julgar civis, nos crimes militares definidos em lei.
- Ⓔ Compete ao Superior Tribunal Militar, originariamente, processar e julgar oficiais e praças das Forças Armadas, nos crimes militares definidos em lei.

Questão 79

O ônus da prova traduz-se pela incumbência de uma das partes no processo em apresentar as provas para o convencimento do órgão julgador. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, em regra, o ônus da prova:

- Ⓐ compete sempre ao Ministério Público.
- Ⓑ compete sempre à Defesa do acusado.
- Ⓒ compete sempre ao Magistrado.
- Ⓓ compete sempre à polícia judiciária militar.
- Ⓔ compete a quem alegar o fato.

Questão 80

De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas no período abaixo.

Os recursos em sentido estrito serão interpostos no prazo de _____, contados da data da intimação da decisão, ou da sua publicação ou leitura em pública audiência, na presença das partes ou seus procuradores, por meio de _____ em que se especificarão, se for o caso, as peças dos autos de que se pretenda _____ para instruir o recurso.

- Ⓐ cinco dias, requerimento, traslado.
- Ⓑ três dias, apelação, supressão.
- Ⓒ três dias, apelação, traslado.
- Ⓓ três dias, requerimento, traslado.
- Ⓔ cinco dias, requerimento, supressão.

Discursiva

Andréa Cerqueira

Texto 1

A atuação da Polícia Militar nas grandes cidades enfrenta um dilema constante: garantir a segurança pública da população e, ao mesmo tempo, respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos. A crescente urbanização e a complexidade das questões sociais, como a violência e a desigualdade, exigem que os policiais ajam com ética, responsabilidade e sensibilidade para não violar os direitos humanos, mantendo a ordem e a paz social.

ALMEIDA, João. A Segurança Pública e os Direitos Humanos nas Grandes Cidades. Editora ABC, 2019.

Texto 2

O trabalho da Polícia Militar nas grandes cidades é constantemente desafiado pela necessidade de enfrentar a criminalidade sem transgredir os limites impostos pelos direitos humanos. Em um cenário de violência crescente, é essencial que os policiais adotem práticas de policiamento que respeitem a dignidade humana, ao mesmo tempo em que cumprem o papel de garantir a ordem pública e proteger os cidadãos.

PEREIRA, Clara. Polícia Militar e Direitos Humanos: Um Desafio no Contexto Urbano. Editora DEF, 2021.

Texto 3

Em muitos contextos urbanos, a Polícia Militar é vista como uma instituição que precisa equilibrar dois papéis essenciais: combater o crime e respeitar os direitos humanos dos indivíduos, inclusive daqueles suspeitos de cometer crimes. A violência urbana e os conflitos sociais exigem uma postura ética da polícia, que deve atuar de forma preventiva e respeitosa, sem recorrer a abusos ou discriminação."

SILVA, Roberto. O Desafio da Polícia Militar nas Cidades: Segurança sem Violação de Direitos. Editora GHI, 2020.

Considerando os textos acima, que são de caráter exclusivamente motivador, e o tema apontado, desenvolva um texto dissertativo, respeitando as orientações abaixo.

**OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NAS GRANDES CIDADES:
ENTRE A SEGURANÇA E OS DIREITOS HUMANOS.**

Aspectos a serem obrigatoriamente desenvolvidos na redação:

- **O papel da Polícia Militar nas grandes cidades:** explique a função da Polícia Militar nas grandes cidades, destacando seu papel na manutenção da ordem pública e segurança, bem como os desafios dessa função em ambientes urbanos complexos.
- **O equilíbrio entre segurança e direitos humanos:** reflita sobre como a Polícia Militar pode agir de maneira eficaz no combate à criminalidade, sem comprometer os direitos fundamentais dos cidadãos, como a dignidade e a liberdade.
- **A importância de estratégias de policiamento preventivo e comunitário:** argumente sobre como o policiamento preventivo e as estratégias comunitárias podem contribuir para a redução da violência e para o fortalecimento da relação de confiança entre a Polícia Militar e a população.

Orientações:

Padrão linguístico: respeitar as normas da língua portuguesa, incluindo gramática, pontuação e ortografia.

Coesão e coerência: o texto deve ser bem estruturado, com transições claras entre as ideias e um encadeamento lógico.

Estrutura do texto dissertativo: incluir introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos.

Limite de linhas: a redação deve ser objetiva e respeitar o limite de 30 linhas.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
2º SIMULADO
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS – PÓS-EDITAL**

FOLHA DE RESPOSTAS

Respostas	Item 1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Respostas	Item 11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Respostas	Item 21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Respostas	Item 31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Respostas	Item 41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
Respostas	Item 51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Respostas	Item 61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Respostas	Item 71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

REDAÇÃO SOB MEDIDA

**Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.**

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva